

HINC ILLAE LACRIMAE!

STUDI IN MEMORIA DI CARMEN MARIA RADULET

a cura di

Gaetano Platania

Cristina Rosa

Mariagrazia Russo

Vol. II



A UTOPIA RECRIADA: INFLUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

A utopia, pela sua natureza, convoca um conjunto de disciplinas que vão dos estudos literários *strictu sensus*, aos estudos culturais e à tradução, podendo ainda recorrer à filosofia, à economia, à política, à gestão, às ciências puras e às várias áreas das ciências sociais e das humanidades. A utopia literária, como a própria literatura comparada, é híbrida e é essa natureza que justifica, em grande parte, o apelo constante que desde 1516 rodeia este género literário.

Tal como tem acontecido com a literatura comparada enquanto disciplina, houve arautos que declararam a morte da utopia. Se é um facto que se escrevem actualmente muito menos utopias literárias do que durante os séculos XVIII e XIX, também não deixa de ser verdade que a mesma se mantém viva através da fusão/adaptação com outros géneros literários, como seja, no caso mais recente, a ficção científica, ou ainda através de ajustamentos no seu código, como veremos neste artigo.

O estudo que me proponho apresentar não é uma análise da história da utopia – há excelentes obras nesta área¹ – mas tenho necessariamente de recorrer a ela para justificar a escolha do título e dos textos. É o corte diacrónico que nos permite visualizar melhor as transformações e contestar justificadamente os atestados de óbito.

Utopia, todos o sabemos hoje para além de qualquer dúvida, é um termo cunhado a partir de um jogo de palavras tão ao gosto dos humanistas, entre não-lugar, nenhures, e lugar (ou algures) feliz.

É a falta de ubiquação da utopia que abriu as portas da imaginação e permitiu que, ao longo dos séculos, ela fosse colocada sucessivamente no “novo mundo”, no ocidente mítico, ou mesmo em planetas imaginários. Utopia que Budé, em 1517, baptiza de Udetopia², essa «Ilha do Nunca», que parece existir, como refere André Prévost, «num universo meta-espacial, sem nunca pertencer ao nosso tempo, uma vez que é essencialmente reserva de esperança»³. É por isso que a utopia pôde ser projectada no mundo que ainda não existe, tarefa a que se lançou, em 1771, o escritor francês Louis-Sébastien Mercier ao escrever a

1 Só a título de exemplo, refiro: F. E. Manuel e F. P. Manuel, *Utopian Thought in the Western World*, Oxford 1982; V. Fortunati e R. Trousson (eds.), *Dictionary of Literary Utopias*, Paris 2000; EAD. e ID. (coord.), *Histoire transnationale de l'utopie littéraire et de l'utopisme*, Paris 2008.

2 A carta de Guilherme Budé a Tomás Lupset, por muitos considerada como o melhor prefácio à obra de More (T. More, *Utopia*, Lisboa 2006, p. 346, nota 5; cfr. também p. 355), apresenta uma análise lúcida da proposta Moriana, ao mesmo tempo que revela a actividade crítica dos humanistas a quem More oferece a sua obra.

3 A. Prévost, *L'Utopie de Thomas More*, Éditions Mame, Paris 1978, p. 653. Em minha opinião, é este também o sentido da seguinte afirmação de Oscar Wilde: «A map of the world that does not include Utopia is not worth even glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing», (O. Wilde, *The Soul of Man under Socialism*, Whitefish 2004, p. 13).

primeira ucronia conhecida, *L'an deux mille quatre cent quarante*. A partir deste momento abriram-se as portas da imaginação que permitiriam que a Udetopia fosse projectada num qualquer mundo desconhecido, perdido numa galáxia distante, função a que se dedicaram vários autores de ficção científica, essa arte da extrapolação por excelência. De lugar sem espaço e sem tempo, a utopia transformou-se, assim, numa promessa geográfica e temporal sucessivamente reposicionada.

Contudo, não são apenas estas as transformações que podemos descortinar ao analisar a história da utopia. Há pelo menos outra que se revela mais pertinente para este texto.

Quando lemos estudos críticos sobre utopias literárias somos amiúde confrontados com a afirmação de que a utopia é um texto fechado, acabado. Aparentemente isto faz sentido: a final se há coisa de que a perfeição não carece é de mudança. O que é perfeito não tem devir. De facto, a grande maioria das utopias modernas surge-nos como textos fechados, sendo a única abertura aquela que, enquanto textos literários, partilham com todos os outros. Como diz Umberto Eco, «cada obra de arte, ainda que produzida em conformidade com uma explícita ou implícita poética da necessidade, é substancialmente aberta a uma série virtualmente infinita de leituras possíveis, cada uma das quais leva a obra a reviver, segundo uma perspectiva, um gosto, uma *execução* pessoal»⁴.

A prova da abertura da utopia pode ser encontrada nas centenas de utopias pós-morianas. É que os utopistas são também leitores de utopias e as suas obras constituem-se, inevitavelmente, em momentos dialécticos, em respostas alternativas às utopias anteriores, bem como à realidade concreta do tempo histórico.

Não é por uma afirmação ser repetida à saciedade que se torna verdadeira. Porque a utopia descreve um estado perfeito ela não é, necessariamente, uma obra fechada. Aliás, como afirmou em vários textos Fernando Melo Moser (desde 1973 até pouco tempo antes da sua morte prematura, em 1983), a primeira utopia, a de More, é uma obra aberta em que a dialéctica constitui uma característica intrínseca do texto, desenvolvida pela sucessão de opiniões expressas quer por Tomás More-personagem quer pelo seu heterónimo português Rafael Hitlodeu, o “louco” que dizia coisas acertadas⁵.

Na minha opinião, e sem com isto pretender beliscar a dignidade do texto moriano, a *Utopia* de 1516, fundadora do género, contém em potência tudo aquilo que este desenvolveu nos séculos seguintes: por exemplo, na descrição da ilha de Utopia encontramos o lugar feliz – e, na realidade europeia de quinhentos, para a grande maioria da população, um lugar feliz seria talvez aquele onde a ameaça da fome não se tornasse tão frequentemente numa dura realidade, as injustiças fossem menos marcantes, o trabalho menos penoso. Mas encontramos também o espaço distópico – basta recordarmos a persistência da escravatura, ou até mesmo a igualdade compulsiva, deprimente, castradora da criatividade.

Esta convivência dialéctica da utopia e da distopia surge reforçada pela própria estru-

4 U. Eco, *Obra Aberta*, Lisboa 2009, p. 92.

5 F. de Mello Moser, *A Utopia de Tomás More: Reflexões à Margem do 6º Centenário de uma Aliança*, in *Dialecta Britannia*, Lisboa 2004, pp. 126 e 202.

tura do texto, dividido em dois livros: o primeiro que se afirma como diálogo ao estilo socrático, onde personagens reais e ficcionais discutem as injustiças do mundo cristão, as arbitrariedades dos senhores, dos príncipes e dos reis, para além da descrença na capacidade de influenciar positivamente os detentores do poder. O segundo livro surge como contraponto à realidade europeia, como alternativa racional.

Porém, não devemos esquecer que a antítese da realidade vivida está marcada, como todo o texto, aliás, pela profunda ironia, pelo jogo de espelhos, pela criatividade linguística em que os humanistas foram mestres exímios, e More um dos seus expoentes. Dito de outro modo, ao longo de todo o texto o leitor é confrontado com palavras que contradizem o que o texto afirma, técnica que More apreciou particularmente em Luciano, cujas obras traduziu para latim, num trabalho conjunto com Erasmo. Ao longo de todo o livro segundo, o leitor é sistematicamente desafiado a pensar e a rever, ou até a reformular, a sua interpretação do texto. Nisto reside uma das marcas mais evidentes da modernidade estilística do texto moriano, uma das causas para ao fascínio que continua a exercer nos leitores contemporâneos.

More escreveu para um público específico, para os seus pares, aqueles que detinham os instrumentos linguísticos, culturais e filosóficos que lhes permitiriam descodificar o texto, tentar resolver as contradições dialécticas. Conhecedor da realidade cultural britânica, recusou traduzir o seu texto para inglês, ciente de que ele seria mal interpretado pelos “sábios ignorantes” e pelos parasitas do poder⁶. Em 1516, More propõe soluções e transformações que estão ainda na ordem do dia: a regulamentação do trabalho, da produção e da partilha dos bens, a ecologia. Como alicerce destas transformações More destaca um programa de educação global que abrangesse os aspectos físico, intelectual, artístico, cívico, moral e religioso; a educação das mulheres, a educação permanente (a que hoje chamamos educação ao longo da vida). Uma sociedade culta, em que todos os seus membros possuam uma sólida formação humanista, social e cívica é, necessariamente, uma sociedade mais justa.

Tudo isto se encontra no texto de More. Mas, na perspectiva do autor, as soluções racionais dos Utopianos, e cito Fernando Melo Moser,

integradas num todo coerente, poderiam ser ajustadas, repensadas, ou simplesmente substituídas por outras, mais praticáveis talvez, mas de premissas humanas, racionais – e cristãs, evidentemente –, semelhantes às que o navegador português descreveu⁷.

O confronto dialéctico do primeiro e do segundo livro devia deixar estas premissas claras no espírito do leitor atento – More não aceitava outro tipo de público, o leitor acrítico é uma aberração para os humanistas, um ser amputado do que de mais significativo o ser humano tem, a sua racionalidade. Mesmo assim, para prevenir a eventualidade de possíveis distrações, o próprio More, ao fechar o segundo livro, esclarece o leitor sobre a forma como se deve entender o discurso de Rafael:

6 Ver F. de Mello Moser, *A Utopia*, Cit., p. 200.

7 Cfr. *ivi*, p. 133.

Logo que Rafael acabou de fazer esta exposição, embora não fossem poucas as questões que me subiam ao espírito, pois nos costumes e nas legislações daquele povo me parecia haver instituições demasiado absurdas [...]. No entanto, porque sabia que ele estava cansado e não tinha a certeza se ele aceitaria que se apresentassem opiniões diferentes [...], louvando as instituições dos estrangeiros e a sua própria exposição, pegando-lhe na mão, levei-o para dentro para tomarmos a refeição, não porém, sem antes lhe ter dito que precisávamos de encontrar mais tempo para repensarmos mais a fundo naqueles temas, e para conversarmos mais longamente com ele.

Entretanto, se não posso prestar assentimento a tudo o que foi dito, também me é fácil confessar que muitíssimas coisas há na terra que gostaria de ver implantadas nas nossas cidades, em toda a verdade, e não apenas em expectativa⁸.

Que podemos deduzir desta conclusão da *Utopia*, deste fechamento pronunciado por More-personagem? Que a ilha de Utopia é uma possibilidade que deve ser repensada, reinterpretada, lapidada racionalmente pelos leitores, equilibrada por um epicurismo cristianizado.

O caminho seguido pela maioria dos utopistas posteriores não foi tão liberal para com os leitores, e mesmo os desiludidos do mundo, os descrentes das capacidades humanas, em suma, os autores de distopias, optaram, frequentemente, por nos apresentarem textos “fechados”, propostas normativas de carácter positivo ou negativo sem convite, implícito ou explícito, à refutação. A dialéctica Moriana foi ignorada. A abertura restringida em benefício da norma.

Foi esta prática reiterada que levou a que alguns críticos, no século XX, decretassem a morte da utopia. Parecia que já não havia no mundo espaço para a inocência, vontade de escutar a voz de Pico della Mirandola, enaltecendo a grandeza da espécie humana e a suprema liberdade da escolha, justificação para que se mantivesse essa reserva de esperança. A Rafael Hitlodeu, o «fala-barato», o «contador de balelas», o mensageiro do novo mundo que vinha curar a cristandade com os remédios balsâmicos da razão e da fé, parecia estar destinado o papel do bobo na tragédia de *King Lear*.

Enganos da razão orgulhosa das suas leis e determinações. Enquanto uns proclamavam o fim da utopia, outros recuperavam a esperança agora liberta do pecado de orgulho, que marcara de forma indelével utopias e distopias, e propunham uma síntese que tentasse resolver os conflitos entre a tese (utopia) e a antítese (distopia).

Surgem assim, a partir de meados do século XX, timidamente, as chamadas utopias ambíguas. Refiro apenas duas: *Island* de Huxley, a terceira alternativa a que o próprio autor se refere no prefácio da edição de 1946 de *Brave New World*, e *The Dispossessed*, de Ursula Le Guin¹⁰.

8 T. More, *Utopia*, Cit., p. 673. Sublinhado meu.

9 *Ivi*, pp. 396-397, nota 73.

10 Para uma informação mais completa sobre esta evolução da utopia a partir da segunda metade do século XX, sugiro a leitura de: K. Kumar, *Utopia & Anti-Utopia in Modern Times*, Oxford 1987; P. Ruppert, *Reader*

É neste movimento que se integra a *Utopia III* de Pina Martins¹¹. Não estamos perante uma continuação, *stritu sensus* do texto moriano, mas de uma proposta que faça jus às palavras finais de More na *Utopia*: há no relato de Rafael muitas coisas que devem ser racionalmente equacionadas e repensadas.

Na *Utopia III* não encontramos um outro monólogo hitlodaico precedido de um diálogo crítico da contemporaneidade, antes somos confrontados com uma longa conversa, dividida em três partes, protagonizada por Pina Martins-personagem e o seu heterónimo Miguel Marco Hitlodeu. O médico celeste foi, no texto português, substituído pelo comandante das hostes divinas que é, ao mesmo tempo, Marco, o primeiro anunciador da boa nova, o primeiro evangelista do novo mundo, 480 anos depois daquela que é considerada como a melhor edição da *Utopia* de More – a de Novembro de 1518, editada em Basileia por Froben, e que serviu de base à excelente tradução portuguesa de Aires do Nascimento.

Na *Utopia III*, publicada no dia 21 de Março de 1998¹² não há coincidências ou aca-sos, há factos racionalmente explicáveis, o desenvolvimento dialéctico de um longo diálogo, frequentemente interrompido e retomado, entre o guerreiro anunciador da boa nova e o humanista. Espacialmente o discurso decorre predominantemente nos três lugares de eleição de Pina Martins: a Fundação Calouste Gulbenkian, a Academia das Ciências e a Biblioteca de Estudos Humanistas, nome que Pina Martins dá à sua biblioteca pessoal, aquela onde, ao longo de 54 anos – são 54 as cidades de utopia, como eram 54 as divisões administrativas da Inglaterra quinhentista – reuniu uma vasta colecção onde se encontram sessenta e nove exemplares de outras tantas edições da *Utopia* de More¹³.

No diálogo entre Miguel e Pina Martins este último assume o papel que More afirma ter de ser desempenhado numa outra conversa com o marinheiro português, para que se faça um exame racional que obrigue a repensar e reavaliar as propostas da nova utopia, agora descrito na obra de Pina Martins como um arquipélago de três ilhas. Continuamos sem saber onde fica esse estado perfeito, mas descobrimos que muita coisa mudou desde 1516 naquele lugar feliz: foi abolida a escravatura, foram desenvolvidos os estudos humanistas, as bibliotecas proliferam pelas três ilhas como uma produção controlada de cogumelos, o isolamento da ilha é quebrado periodicamente, de forma racional e controlada, pelo envio de embaixadores Utopianos que percorrem o mundo poluído a fim de levarem para

in a Strange Land: The Activity of Reading Literary Utopias, Athens 1986).

A. Huxley, *Island: A Novel*, Londres 1962; A. Huxley, *Brave New World*, Londres 1946; U. Le Guin, *The Dispossessed; An Ambiguous Utopia*, Nova Iorque 2003.

11 J. V. Pina Martins, *Utopia III: Relato em diálogo sobre o modo de vida, educação, usos, costumes em finais do século XX do povo cujas leis e civilização descreveu fielmente nos inícios do século XVI, o insigne Thomas More*, Lisboa 1998.

12 Data do equinócio da Primavera, esse momento breve de equilíbrio entre as trevas e a luz.

13 Foram em número de 70 as edições da *Utopia* colecionadas por Pina Martins, mas a de Novembro de 1518, na qual tinha tanto orgulho, foi por ele oferecida à Biblioteca Nacional de Lisboa, para colmatar a grave lacuna do espólio nacional que não detinha nenhuma edição valiosa da obra de More. Sobre a formação da biblioteca pessoal do Prof. Pina Martins sugiro a leitura de J. V. de Pina Martins, *Histórias de Livros para a História do Livro*, Lisboa 2007.

a Utopia as descobertas e as novidades que permitem a evolução¹⁴ – depois de uma cuidada descontaminação, entenda-se –, foi reinstituída a prática da propriedade privada, etc.¹⁵.

Miguel é um crítico feroz, mas justo, do nosso mundo português – contemporâneo, muitas vezes secundado por Pina Martins-personagem. A ignorância, a cupidez, a desordem e o orgulho são defeitos severamente criticados, tal como a futilidade, a ganância, a gula e a vaidade. Por sua vez, Pina Martins assume a missão de tornar difícil a vida de Miguel interrogando-o, sempre com a atitude crítica de quem quer avaliar a justeza e viabilidade das decisões utópicas e não ser apenas voz passiva, reproduzidor inócuo.

Os Utopianos evoluíram ao longo dos séculos, moderaram alguns radicalismos mas mantiveram a defesa intransigente da busca da felicidade. Continuam a não ser bons criadores – a criação requer uma certa anarquia, nem que seja interior – mas mantêm-se excelentes reprodutores. E tornaram-se mais humildes, mais humanos, ou seja, menos perfeitos.

A dado momento do diálogo, Pina Martins questiona a qualidade da justiça utópica e Miguel retorque, num tom onde se sente o desconforto do embaixador:

Dir-se-ia que o meu caro professor procura sistematicamente caricaturar os meus propósitos. Já lhe disse e repito que há crimes em Utopia, que existem roubos, que se cometem agressões, embora numa personagem modesta se comparada com a do vosso mundo não utópico. As nossas leis não serão justas em sentido absoluto porque os nossos legisladores são homens como os vossos. O absoluto não é deste mundo, nem mesmo do mundo utópico¹⁶.

Esta é a chave da nova utopia: a perfeição, inatingível ao homem, é substituída por “um caminho para” um mundo melhor. Um percurso feito de avanços e recuos mas sempre com os olhos no objectivo supremo.

Ao despedir-se, Miguel deixa o seu último testemunho, num tom que contrasta vivamente com as palavras finais de Rafael na *Utopia* Moriana. A descrença do primeiro mensageiro é substituída pela fé do segundo:

Cria, meu caro professor, vou sentir muitas saudades suas e deste poluído, corrupto

14 De notar que esta transformação, esta proposta de abertura controlada ao mundo exterior, foi apresentada por Francis Bacon na *Nova Atlântica*, em 1626: «That every twelve years there should be set forth out of this kingdom two ships, appointed to several voyages; That in either of these ships there should be a mission of three of the Fellows or Brethren of Salomon's House, whose errand was only to give us knowledge of the affairs and state of those countries to which they were designed, and especially of the sciences, arts, manufactures, and inventions of all the world; and withal to bring unto us books, instruments, and patterns in every kind» (cito de Bacon, *New Atlantis*, Center for Thomas More Studies, 2003, www.thomas-morestudies.org). Também Miguel Hitlodeu é um embaixador de Utopia, nomeado oficialmente, e com a missão de levar para a república utópica informações, livros e objectos que possam vir a ser úteis ao desenvolvimento social, cultural económico e científico da Utopia.

15 No capítulo 64-34 de *Utopia III* é apresentada uma resenha das diferenças fundamentais, para a qual remeto o leitor.

16 J. V. Pina Martins, *Utopia III*, Cit., p. 516. Sublinhado meu.

e poluente país, contaminado e desordenado espaço onde nasceu o meu antepassado Rafael. Vou ter saudades, não obstante, da sua pátria. Como homens somos todos imperfeitos, embora sejamos talhados para a suprema perfeição. Olhe para este rio já tão impuro: Mas erga a cabeça e admire a pureza imaculada deste céu tão azul e tão límpido¹⁷.

Concluindo, se é verdade que a evolução se faz também passando pela morte, não é menos verdade que esta é muitas vezes anúncio de mudança e não fim absoluto. A utopia, ferida gravemente às mãos dos distopistas, porta-vozes da nossa descrença e desilusão profundas, encontrou uma nova forma de manifestar algo que não morreu, nem morrerá talvez enquanto houver seres humanos: o desejo de sermos melhores, e de mantermos sempre uma reserva de esperança.

17 *Ivi*, p. 565. Sublinhado meu.